



SALVAGUARDA DE ANIMAIS DOMÉSTICOS: APRENDENDO A IDENTIFICAR ABUSOS

Flávia Quadros Campos Ferreira
Sandra Quadros Campos Ferreira

INTRODUÇÃO

A história e a evolução da humanidade apoia-se fortemente no desenvolvimento e aprimoramento de técnicas de agricultura, criação e domesticação de animais, atividades iniciadas no período conhecido como Neolítico ou Idade da Pedra Polida, entre 12.000 e 4.000 anos antes de Cristo. Entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa era, algumas dessas sociedades começavam a semear plantas e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Nessa mesma época, após algum tempo, essas plantas e animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e, paulatinamente, essas sociedades de predadores se transformaram por si mesmas em sociedades de cultivadores (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 70).

Em decorrência do desenvolvimento da agricultura e da criação de animais, o ser humano deixou de ser nômade para tornar-se sedentário, e esse fato permitiu o desenvolvimento das primeiras comunidades, com um aumento significativo na produção de alimentos. Segundo o IBAMA (1998), a expressão “animal doméstico” refere-se àqueles animais que através de processos tradicionais e sistematizados de manejo e melhoramento zootécnico tornaram-se domésticos, com características biológicas e comportamentais em estreita dependência do homem, podendo até mesmo apresentar aparência diferente da espécie silvestre que os originou.

Contudo, pode-se considerar também o conceito segundo o qual doméstico é o animal criado e reproduzido pelo homem, em estado de cativeiro e mansidão natural, com o fim de obter uma utilidade ou serviço.

O princípio da domesticação dos animais consiste em subtrair uma população animal selvagem de seu modo de vida natural a fim de propagá-la, para explorá-la mais cômoda e intensamente. A cada geração, essa população se encontrará submetida a condições de vida e de reprodução distintas das populações que permaneceram selvagens. Essas novas condições tendem a eliminar certas características genéticas, comportamentais e morfológicas, e a selecionar outras, sejam elas as características preexistentes nas populações selvagens de origem, ou surgidas por mutação durante o processo de domesticação. (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 39). Os animais domésticos vivem sob o domínio do homem geração após geração, fornecendo ao ser humano não apenas alimento, mas também transporte, vestimentas, cultivo da terra, entretenimento, proteção, guarda e afetividade.

Atualmente, milhares de anos após o início do processo de domesticação dos animais, o antropocentrismo ainda norteia a relação entre homens e animais, princípio esse

que concebe o ser humano como o centro do universo ao redor do qual gravitam todos os demais seres em posições subalternas. O homem, sistematicamente, explora a natureza e os animais considerando unicamente o seu próprio bem-estar (MILARÉ, 2004, p.10). Contudo, os humanos têm sido levados a reconhecer a necessidade de mudar sua postura e conduta em relação aos animais não humanos a partir de achados sobre a vida mental e emocional dos animais, levando em consideração a existência de atos conscientes, a capacidade de comunicação complexa, as manifestações de empatia e até mesmo a consciência de si próprio. (FLANAGAN, 1998, p. 177).

O conceito de senciência abrange e fortalece essas idéias. A senciência é a capacidade que um ser tem de sentir conscientemente algo, ou seja, de ter percepções (sensações e sentimentos) sobre o que lhe acontece e rodeia (SINGER, 2002). Os animais possuem sensibilidade similar à humana no que se refere à dor, à memória, à angústia e ao instinto de sobrevivência, e reconhecer a senciência provoca o surgimento de reflexões éticas sobre o uso que damos a eles, acerca dos efeitos que a interferência humana provoca em seu *habitat* e do grau de sofrimento que os atinge em virtude da forma que os tratamos (SOUZA, 2008). A senciência é um pré-requisito para que se possa ter interesses. Dizer que uma criatura tem interesses significa supor que ela se importa com o que lhe acontece; que ela prefere experimentar a satisfação à frustração – num nível mínimo, ela prefere não sofrer ou não reduzir seu bem-estar. (HOHENDORFF & GONÇALVES, 2012, p. 7).

Os seres humanos não são os únicos animais que têm consciência. A afirmação é de um grupo de neurocientistas que publicou um manifesto mencionando que o estudo da neurociência evoluiu de tal modo que já não é possível excluir mamíferos, aves e até polvos do grupo de seres vivos que possuem consciência. O documento divulgado em julho de 2012, em Cambridge, acalora a discussão que divide cientistas, filósofos e legisladores há séculos sobre a natureza da consciência e sua implicação na vida dos humanos e de outros animais. Segundo Low (2012, p. 2), o córtex cerebral, estrutura que nos distingue de outras espécies, não é responsável pela manifestação da consciência, e sua ausência não exclui um organismo de ter sentimentos. Evidências indicam que animais não humanos têm substratos neuroanatômicos, neuroquímicos, neurofisiológicos de estados de consciência dentro de sua capacidade de sentir prazer ou sofrimento.

Conclui-se daí que as diferenças anatômicas não podem mais justificar a diferença imposta pelos seres humanos às demais espécies planetárias. Singer (2002) utiliza a senciência como parâmetro para defesa da igualdade e afirma que os animais possuem interesses que devem ser considerados.

Neste sentido, ele trouxe para a discussão o conceito de especismo, termo que designa a forma discriminatória pela qual os humanos tratam seres de outras espécies animais, como se eles existissem exclusivamente para servir aos seus interesses, sempre colocados como inquestionavelmente superiores e prioritários em relação aos demais (FELIPE, 2001, p. 27).

A CIÊNCIA DO BEM-ESTAR ANIMAL

O termo bem-estar foi absorvido pela ciência e separado das considerações éticas, com o objetivo de estabelecer protocolos de pesquisa e avaliação quantitativa e qualitativa. Diversas linhas de pensamento foram surgindo, sendo a primeira delas a definição de bem-estar pelo funcionamento biológico, através dos altos níveis de crescimento e reprodução, funcionamento normal dos processos fisiológicos e altas taxas de longevidade e aptidão física. Neste caso, doenças, injúrias e má nutrição são indicativos de redução no bem-estar, e frequentemente são associados ao *stress*, termo usado em geral para descrever uma resposta comportamental e/ou fisiológica a estímulos aversivos e perigos. Outros pesquisadores defenderam o bem-estar pelo comportamento do animal, em estudos aplicados geralmente para espécies silvestres em vida livre e em cativeiro. Para eles, um ambiente que permita que o animal explore e manifeste seus comportamentos naturais é determinante para a manutenção de bons índices de bem-estar (MANTECA *et al.*, 2013).



Nos últimos anos, uma nova visão onde são consideradas as emoções (BROOM, 2001, p. 307) vem sendo discutida e tem proposto uma relação entre as ciências biológicas e as questões morais, mediante os estudos de bioética.

Neste sentido, o bem-estar também é relacionado aos sentimentos de prazer como conforto, contentamento e interação social positiva, e pode ser reduzido aos estados de sofrimento como dor, medo e frustração (DUNCAN, 2005, p. 483). A ciência volta-se para uma visão multidimensional do conhecimento e da satisfação das necessidades básicas dos animais, e não apenas a sua saúde física, como também mental e comportamental, suas interações sociais e sua adaptação ao meio ambiente (SOUZA, 2008). Para critério de avaliação, é considerado o conceito das 5 liberdades, criado

por um grupo formado por pesquisadores e profissionais relacionados à agricultura na Inglaterra, o comitê Brambell, e posteriormente aprimorado pelo *Farm Animal Welfare Council* – FAWC (Conselho de Bem-estar em Animais de Produção), em 1965 (LUDTKE *et al.*, 2012, p. 11). São elas:

- liberdade psicológica (de não sentir medo, ansiedade ou estresse).
- liberdade comportamental (de expressar seu comportamento normal).
- liberdade fisiológica (de não sentir fome ou sede).
- liberdade sanitária (de não estar exposto a doenças, injúrias ou dor).
- liberdade ambiental (de viver em ambiente adequado).

As três linhas de pensamento sobre bem-estar animal são diferentes em seus conceitos, mas se complementam na formação da base de indicadores que devem ser considerados juntos. Dentro disso, foram selecionados alguns critérios básicos e gerais de bem-estar, e seu parâmetro para avaliação, relacionados na Tabela 1.

Tabela 1. Critérios e parâmetros gerais para avaliação multi-dimensional de bem-estar animal

Critérios	Parâmetros
Ausência de fome	Fontes de alimento (qualidade e quantidade)
Ausência de sede	Fontes de água (qualidade e quantidade)
Possibilidade de descanso	Tipo de abrigo e disponibilidade – limpeza
Conforto térmico	Temperatura – sol/sombra – ventilação
Facilidade de movimento	Disponibilidade de espaço/segurança
Ausência de lesões	Pele, osteomuscular/articulações
Ausência de doenças	Condição corporal – Sintomas/dor/manejo
Expressão de comportamento social	Positivos: sociabilidade; Negativos: submissão, fugir, agressão
Expressão adequada de outros comportamentos	Comportamento exploratório e lúdico (brincadeiras)
Relação humano-animal positiva	Reatividade – interação (agressividade)
Relação com outros animais	Interação social interespecie e intraespecie
Estado emocional positivo	Agressividade/comportamentos anormais

BEM-ESTAR DE EQUÍDEOS DOMÉSTICOS

Os animais usados para trabalho contribuíram de forma significativa na formação cultural e econômica das sociedades humanas desde o início das civilizações. A força dos animais, potência, velocidade e fácil manuseio foram determinantes no processo de industrialização. Hoje, mais utilizados no campo para cultivo da terra, transporte de cargas a curta distância e lida com outros animais, os cavalos mantém sua importância na agricultura e também no ambiente urbano,

como no caso da segurança pública com a cavalaria de policiamento, por exemplo (LEAL; FALEIROS, 2012, p. 62).

Cavalos em ambiente natural passam cerca de 60% de seu tempo pastando, uma atividade de alimentação e exploração do ambiente pela locomoção. O sistema de confinamento, muito utilizado no manejo dessa espécie em ambientes urbanos, restringe seu movimento, assim como o convívio social e o pastejo (McGREEVY, 2004, p.18). Isolamento, ociosidade, limitação de movimentos e ruptura da estrutura social nestes animais são considerados os principais fatores para a redução de bem-estar e são frequentemente associados ao aumento de agressividade, principalmente nos horários de alimentação.

Para os cavalos, a movimentação é a sua autorrealização, porque é por meio dela que o animal ativa sua organização motora acompanhada das funções de seu sistema neurossensorial e do metabolismo. A movimentação estimula o sistema circulatório, a formação dos músculos tendões e ossos, os movimentos digestivos e outros (GOLOUBEFF, 1993). O excesso de trabalho e peso, geralmente observado no transporte de cargas e pessoas por carroceiros, induzem sofrimento e comprometem a integridade física dos cavalos, que na maioria das vezes não possuem condição biomecânica necessária e cumprem jornadas de 8 a 13 horas de trabalho com cargas que podem chegar a 800 kg (OLIVEIRA *et al.*, 2007, p. 207).

Rodeios e montarias são atividades esportivas que implicam risco grave à integridade física e emocional dos animais envolvidos, cavalos e touros de montaria, e bezerros de laço. O sedém – espécie de corda amarrada fortemente ao redor do corpo do animal, na região inguinal (virilha: região onde se aloja o aparelho genital e urinário) –, além de esporas utilizadas em provas e treinamentos, causa muita dor e sofrimento (PRADA, 2002, p. 3). Ao estimular dor e *stress*, esse equipamento força o animal a saltar repetidamente e dar coices para trás e para cima, numa tentativa de proteger sua integridade física e reprodutiva. Além desses fatores, o ambiente de rodeio com luzes, ruídos e grande movimentação de pessoas provoca *stress* nestes animais que naturalmente habitam locais silenciosos e tranquilos, como campos e fazendas. Estes estímulos negativos podem provocar medo e desencadear alterações fisiológicas que resultam em taquicardia e enrijecimento muscular, além de agressividade.

Além das questões já citadas, outras situações podem causar desconforto e dor emocional em equinos, como sede, fome, agressividade sem chances de defesa ou revide, privação de experiência ecossistêmica, privação de individualidade, processos autoagressivos, estado de incerteza perante as manipulações humanas. O *stress* em cavalos eleva consideravelmente os níveis de cortisol endógeno, resultando como consequência no aumento do peristaltismo intestinal, o que pode gerar distúrbios digestivos como cólicas e diarreias, e alterar a microbiota intestinal. Outros aspectos que indicam sofrimento são a desidratação, perversão de apetite, perda de peso, dores na musculatura e nos cascos, desgaste e degenerações ósseas e articulares, lesões de pele, desgaste dos epitélios e mucosas, obnubilação e indiferença ao ambiente, depressão imunológica, distúrbios hematopoiéticos e perda da visão (GOLOUBEFF, 1993). Além de alterações fisiológicas, comportamentos considerados anormais invariáveis e repetitivos (estereotípias) são frequentemente observados e indicam redução de bem-estar (RIBEIRO *et al.*, 2013, p. 1).

São alguns:

- Roer madeira: esse ato evidencia a falta de minerais na alimentação, a limitação da forragem fornecida, principalmente o tédio. Roer a madeira pode ser um estereótipo ou um reflexo da tentativa de satisfazer a necessidade nutricional do animal.
- Aerofagia com apoio/sem apoio: nesse movimento o equino move os lábios podendo prender objetos e fixá-los com os incisivos, flexionando e arqueando o pescoço, puxando para trás, engolindo e grunhindo ao mesmo tempo. Esse hábito é exclusivo de equinos domesticados, uma vez que nunca foi observado em manadas selvagens. A diferença entre a aerofagia sem apoio e a aerofagia com apoio é que a sem apoio não tem objeto fixado pelos incisivos.
- Síndrome de urso: é o hábito que o equino tem de andar em círculos pela baía, correr perto de cercas ou balançar a cabeça na porta da baía.
- Agressividade: pode ser resultado do medo ocorrer em função da sua defesa.

BEM-ESTAR DE CANÍDEOS E FELÍDEOS DOMÉSTICOS



Animais de companhia estão presentes na vida dos seres humanos há milhares de anos, e sua domesticação foi um fator importante no desenvolvimento da sociedade. O cão, associado ao homem há mais tempo do que qualquer outro animal, foi um importante parceiro de caça e alarme, e por isso foi submetido a intensos processos de criação seletiva, o que implicou mudanças significativas em seu comportamento e atributos físicos (AMARA, 2012, p. 42). O gato, posteriormente domesticado por causa do seu desempenho no controle de roedores, teve uma criação menos controlada e hoje apresenta características ainda muito parecidas aos seus ancestrais selvagens. No entanto, esses animais também exercem uma função de companhia, crescente nos dias de hoje com os processos de urbanização da sociedade, por conta da sua independência e necessidade de pouco espaço (WSPA, 2006, p. 35).

O Brasil é o segundo país com a maior população de animais domésticos do mundo, havendo cerca de 37,1 milhões de cães e 21,3 milhões de gatos até o ano de 2012 (ABINPET, 2012). Domesticados, cães e gatos dependem dos homens para conseguir recursos necessários à sua sobrevivência.

Neste sentido, a promoção de bem-estar para esses animais é fortemente ligada ao conceito de guarda responsável, onde o tutor de um animal de companhia aceita e se compromete a assumir uma série de deveres centrados no atendimento das necessidades físicas, psicológicas e ambientais de seu animal, assim como prevenir os riscos que esse animal possa causar à comunidade ou ao ambiente, assistindo-o desde o nascimento até a morte (OPAS, 2003; REZENDE *et al.*, 2012).

A guarda responsável implica manter o animal dentro do espaço doméstico e oferecer condições ambientais adequadas de espaço, higiene, controle populacional, vacinação regular (contra a raiva e outras doenças), assistência médico-veterinária, atividades físicas, interação com as pessoas e outros animais.

O conceito de guarda responsável é pouco difundido; frequente é a prática de arbitrariedades contra a dignidade física e emocional de cães e gatos, por meio de diversos tipos de abusos e maus-tratos. A não observância ou limitação de qualquer uma das esferas de bem-estar (físico, emocional e comportamental) pode ser considerada maus-tratos, e pode manifestar-se nas cidades e no campo, em ambientes domésticos e comerciais.

Os sintomas de *stress* ou dor em cães são: sinais fisiológicos alterados, interação social reduzida, expressão de ansiedade, comportamento de submissão, recusa em se movimentar, lamúria, uivos e vocalizações, rosnados sem motivo real, comportamentos de defesa e agressividade, perda de apetite, automutilação, posturas anormais, comportamentos de locomoção repetitivos e sem função aparente (estereotípias). Para os gatos, além desses critérios, consideram-se a perda de curiosidade, esconder-se, sibilo ou salivação, lambedura e cuidados higiênicos excessivos ou a falta desses cuidados, rigidez ao andar, tentativas de fuga, falta de cuidado com a pelagem, agitação anormal do rabo.

Outros exemplos de abuso são a exploração de animais para a procriação visando a lucros com a venda dos filhotes, rinha de briga, circos e a utilização de cães para a guarda de quintais e estabelecimentos comerciais. Essas atividades geralmente implicam privação de espaço, privação social e afetiva e uma das práticas que mais submetem os cães e gatos ao extremo sofrimento, o adestramento agressivo. Esses e outros fatores provocam intenso sofrimento físico e mental aos animais, em favor de interesses econômicos.

O ESTADO COMO PRINCIPAL ALGOZ

A falta de oferta por parte do poder público de métodos de castração cirúrgica e educação para a guarda responsável de animais, aliada à falta de planejamento familiar e financeiro, resultam em falhas de postura que levam ao abandono e aumento da população de animais nas ruas. Infelizmente, estima-se que cerca de 80% dos cães e gatos do mundo tem livre acesso às ruas e os problemas resultantes disso são comprometimentos sérios do bem-estar desses animais, como fome, frio, agressões, medo e o desenvolvimento e transmissibilidade de doenças. Os animais abandonados geralmente têm um ciclo de vida muito curto, pois lhes faltam recursos básicos de sobrevivência, além da vulnerabilidade a intempéries e acidentes, o que os torna debilitados e mais

susceptíveis a doenças (WSPA, 2006, p.35). A disseminação de zoonoses – que são doenças e infecções naturalmente transmitidas entre os animais vertebrados e o ser humano (OMS, 1967) – é outra consequência significativa da falta de políticas públicas que atuem na base do problema, e causa preocupação aos órgãos de saúde coletiva. Segundo o Manual Técnico do Instituto Pasteur (REICHMANN, *et al.*, 2000), as zoonoses são o resultado do alto contingente populacional de animais mantidos sem cuidados de prevenção de doenças e em más condições de vida. O manejo dessas populações de animais abandonados é de grande importância para o controle da raiva e outras zoonoses. Para o controle de zoonoses e da população de animais soltos nas ruas, o 6º Informe Técnico da Organização Mundial de Saúde, datado de 1973, recomendava a captura e extermínio, método que ainda é utilizado amplamente no Brasil, pois continua referendado como principal método de ação pelo Ministério da Saúde.

Entretanto, a Organização Mundial de Saúde, analisando a aplicação do método de sacrifício em vários países, concluiu pela sua ineficácia no tocante ao controle da população canina e ao combate da raiva, preconizando em seu 8º Informe Técnico, datado de 1992, o controle de natalidade de cães e de gatos e a educação da comunidade. As pesquisas realizadas entre 1981 e 1988 revelaram que os programas de eliminação de cães e gatos são ineficazes e caros.

Além disso, não existe nenhuma prova de que a eliminação de cães tenha gerado um impacto significativo na densidade das populações caninas ou na propagação da raiva. A renovação das populações caninas é muito rápida e a taxa de sobrevivência delas sobrepõe facilmente à taxa de eliminação.

Tendo em vista que uma só cadela pode originar, direta ou indiretamente, 67.000 cães num período de seis anos, segundo as publicações de Thornton (1992), e que um macho, antes de ser conduzido ao extermínio, já inseminou várias fêmeas, não é difícil deduzir que matar não soluciona o problema. Esses fatos mostram que segmentar as populações e conduzir os animais abandonados ao extermínio não se torna uma estratégia apropriada para o controle das zoonoses, porque trata de forma restrita um problema que tem uma origem múltipla e cíclica: o animal de rua não nasceu na rua. Ele é fruto de guarda irresponsável, reprodução e comércio descontrolado e alta capacidade de suporte do ambiente. Nesse sentido, o conceito de “Um Mundo – Uma Saúde”, ou Saúde Única, fomentado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), pela Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fundamentado no movimento mundial de colaboração interdisciplinar, foi pautado no forte elo

existente entre a saúde pública e a saúde animal. De acordo com essa visão, manejo populacional de cães e gatos beneficia o controle de zoonoses como raiva, leishmaniose, hidatidose, brucelose e outras. E casos conhecidos, a vacinação contra a raiva, juntamente com a esterilização dos cães, reconhecidamente resultou na eliminação local dos casos ou previsão de levar à eliminação da raiva humana. O objetivo é reduzir o fluxo da população canina e o número de cães suscetíveis à raiva, por meio de castração e vacinação.

Sendo assim, são reconhecidos três métodos para o manejo da população canina: restrição da movimentação, controle do *habitat* e controle reprodutivo. A implementação de um programa de manejo de populações deve ser coordenada pelo poder público de forma participativa com a sociedade e o setor privado. É recomendável a realização permanente por parte do Poder Executivo de programas de esterilização em massa, de cães e gatos em parceria com universidades, clínicas veterinárias, organizações não governamentais de proteção animal e iniciativa privada. Esses programas devem ser feitos para a população de forma massiva, sistemática, abrangente e gratuita e requerem a disponibilização de veículos próprios ou parcerias que viabilizem o acesso geográfico e econômico

à população para a realização de cirurgias. A esterilização aliada à educação para a guarda responsável não resulta num impacto imediato no controle populacional, mas apresenta grandes resultados na atitude para guarda responsável, que são proporcionais aos investimentos, tornando-se os pilares da única solução conhecida.



O conhecimento do tamanho da população e dos indicadores de dinâmica, como os índices de natalidade, mortalidade, migração e abandono, estabelecem diretrizes e priorizam os grupos que serão trabalhados. O recolhimento deve ser seletivo e planejado, considerando animais que estejam em situações de risco, maus-tratos e estado de saúde comprometido. Deve-se considerar também incentivar a manutenção dos animais chamados comunitários – dos quais uma ou mais pessoas se responsabilizam ainda que fora de seus domicílios – em seus locais de origem, após castrados e vacinados e desparasitados.

A realização de resgate, recuperação e reabilitação de animais abandonados deve ser acompanhada de ações de reintrodução na sociedade por programas de adoção. O processo de adoção possibilita a educação continuada humanitária e a sensibilização sobre a guarda responsável, o bem-estar animal e a promoção da saúde, mediante estratégias de comunicação para adultos e crianças. Nesse sentido, é aconselhável que o animal seja identificado a fim de que um sistema de informação possa relacioná-lo ao seu tutor/responsável, por meio da associação

de um método de identificação visual (coleira e plaqueta) a um permanente (*microchip*). Associados aos programas educativos, é importante desenvolver ações com vistas ao controle e à fiscalização da criação e do comércio de animais, como objetivo de promover a aquisição responsável (WOLFF; SPREA, 2011, p. 125).

A identificação dos cães comunitários – animais mantidos pela comunidade – e sua diferenciação dos cães abandonados é importante para fornecer a esta população o controle reprodutivo por esterilização permanente e fornecer cuidados veterinários básicos, como vacinação e controle de parasitas, que atuam como barreira sanitária, além de motivar o fortalecimento do vínculo já existente com a população. O desenvolvimento de Programas de Saúde Animal – com mecanismos que proporcionem o acesso da população aos serviços veterinários preventivos e curativos como vacinações contra a raiva e doenças espécie-específicas, controle de endo e ecto parasitas, ações para prevenção e controle de zoonoses, ações para prevenção de comportamento indesejável e soluções para problemas comportamentais – atuam preventivamente ao abandono (WOLFF; SPREA, 2011, p. 126).

A partir da adoção e implementação destas práticas pela sociedade, aliadas ao poder público, é possível estabelecer um controle ético das zoonoses, com o resgate do respeito na relação entre homens e animais. Um estado responsável, que procura soluções éticas e preventivas sem delegar suas responsabilidades à comunidade, é capaz de formar cidadãos também responsáveis e conscientes de seus deveres na convivência e tutela de animais.

REFERÊNCIAS

- AMARA, M. A. M. Bem-estar de cães e gatos. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, Belo Horizonte, n. 67, p. 42-50, 2012.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO – ABINPET. **Abinpet divulga média de gasto com pets**. Disponível em: <<http://abinpet.org.br/imprensa/releases-imprensa/abinpet-divulga-media-de-gasto-com-pets-2/>>. Acesso em: 13 jan. 2015.
- BROOM, D. M. Animal welfare: concepts, study methods and indicators. **Revista Colombiana de Ciencias Pecuarias**. Medellín, v. 24, n. 3, p. 306-321, 2011.
- _____. Animal Welfare: the concept and the issues. In: DOLINS, F.L. (ed). **Attitudes to Animals: Views in Animal Welfare**. Cambridge: Cambridge University Press, p. 129-142, 1999.
- DUNCAN, I. J. H. Science-based assessment of animal welfare: farm animals. **Revue Scientifique et Technique**. International Office of Epizootics, Paris, v. 24, n. 2, p. 483-492, 2005.
- FELIPE, S. T. Da igualdade. Peter Singer e a defesa da ética contra o especismo. **Philosophica**, Lisboa, n. 17/18, p. 21-48, 2001.
- FLANAGAN, O. Consciousness. In: BECHTEL, W; GRAHAM, G. (ed). **A companion to cognitive science**. London, Blackwell Publishers, p. 176-185, 1998.
- GOLOUBEFF, B. **Abdome agudo equino**. São Paulo: Livraria Varela, 1993. 174 p.
- IBAMA. Portaria IBAMA nº 93, de 7 julho de 1998. Normatiza a importação e a exportação de espécimes vivos, produtos e subprodutos da fauna silvestre brasileira e da fauna silvestre exótica. DOU, Brasília, 1998.
- LEAL, B. B.; FALEIROS, R. S. Bem-estar de animais de trabalho. **Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia**. Cadernos Técnicos da Escola de Veterinária da UFMG, Belo Horizonte. n. 67, p. 62-69, 2012.
- LOW, P. S. (eds J. Paanksep, D. Edelman, D. Reiss, B. Van Swinderen, PS Low, C. Koch). **The Cambridge Declaration on Consciousness**. The Francis Crick Memorial Conference on Consciousness in Human and non-Human Animals, Cambridge, UK, 2012. Disponível em: <<http://fcmconference.org>>. Acesso em: 6 jan. 2015.
- LUDTKE, C. B.; CIOCCA, J. R. P.; DANDIN, T.; BARBALHO, P. C.; VILELA, J. A.; VI. FERRARINI, C. **Abate humanitário de bovinos**. Rio de Janeiro: WSPA – Sociedade Mundial de Proteção Animal, 2012. 148 p.
- MANTECA, X.; SILVA, C. A.; BRIDI, A. M.; DIAS, C. P. Bem-estar animal: conceitos e formas práticas de avaliação dos sistemas de produção de suínos. **Seminário**, Ciências Agrárias, Londrina, v. 34, nº 6, Suppl. 2, p. 4.213-4.229, 2013.
- MAZOYER, M.; ROUDART, L. História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010, p. 568
- McGREEVY, P. **Equine behavior: a guide for veterinarians and equine scientists**. London: W. B. Saunders, 2004. p. 357.
- MILARÉ, E; COIMBRA, J. A. A. Antropocentrismo x ecocentrismo na ciência jurídica. **Revista de Direito Ambiental**, ano V, n. 36, p. 9-42, 2004.
- OLIVEIRA L. M.; MARQUES R. L.; NUNES C. H.; CUNHA A. M. O. Carroceiros e equídeos de tração: um problema sócio-ambiental. **Caminhos de Geografia**, v 8, n. 24, p. 204-216, 2007.
- PRADA, I. L. S.; MASSONE, F.; CAIS, A.; COSTA, P. E. M.; SENEDA, M. M. Bases metodológicas e neurofuncionais da avaliação de ocorrência de dor/sofrimento em animais. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia**, v. 5, p. 1-13, 2002.
- REICHMANN, M. L. A. B.; FIGUEIREDO, A. C. C.; PINTO, H.B.F.; NUNES, V. F. P. **Controle de populações de animais de estimação**. São Paulo: Instituto Pasteur (Manuais, 6), 2000.
- REZENDE, L. F. G.; LOPEZ, T. V.; MAIA, C. A. A.; WAJNSZTEJN, H.; SCHONS, SANDRO DE VARGAS. Perfil dos proprietários de cães e gatos e a prática da guarda responsável dos acadêmicos CEULJI-ULBRA. In: 33º CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE CLÍNICO VETERINÁRIO DE PEQUENOS ANIMAIS/ANCLIVEPA, 2012, Curitiba/PR. **Archives of Veterinary Science**, v. 17, 2012, p. 34-3.
- RIBEIRO, L. A.; SILVEIRA, L. D. B. S.; ZANUSSO, J. T.; MOREIRA, S. M., CONTO, L. D.; SILVA JÚNIOR, J. C. Comportamentos estereotipados em equinos estabulados. In: **Anais do III Simpósio de Sustentabilidade e Ciência Animal**. São Paulo: USP, Pirassununga, 2013.
- SINGER, P. **Vida ética: os melhores ensaios do mais polêmico filósofo da atualidade**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002. p. 54.
- SOUZA, M. F. A. Bioética e bem estar animal: novos paradigmas para a Medicina Veterinária. **Revista do Conselho Federal de Medicina Veterinária**, a. 14, n. 43, p. 57-61, 2008.
- THORNTON, G. W. Pet overpopulation: Why is a solution so illusive? **Urban Animal Management Discussion Papers**, v.18, 1993.
- WOLFF, F. M.; SPREA, G. Manejo das populações de cães e gatos em áreas urbanas. **CRMVPR – Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná**, Curitiba, PR, v. 9, n. 34, p. 16-18, 2011. Disponível em: <<http://www.crmv-pr.org.br/uploads/20110510090356.pdf>>. Acesso em: 14 jan. 2015.
- WORLD SOCIETY FOR THE PROTECTION OF ANIMALS. WSPA. **Member Society Manual**. London: WSPA. 2006.